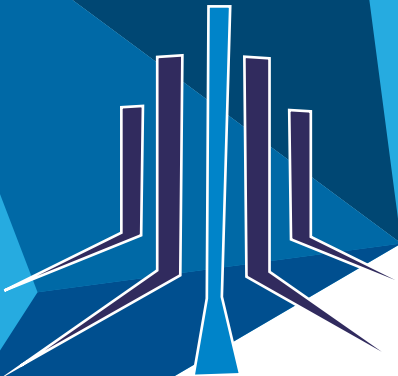




FAPEC

2025

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFGD

Horário: **8 horas**

MANHÃ

Duração da prova:

4 horas

Cód: **2005**

Cargo:

Contador

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará: a) este caderno de questões e b) um cartão-resposta.
3. Ao receber autorização, verifique se, no caderno, constam todas as **50 (cinquenta)** questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
4. Verifique, no cartão-resposta, se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta.

Há somente uma alternativa correta para cada questão.

Exemplo: se a alternativa correta de uma determinada questão for B, o candidato deverá preencher totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:

A	☒	C	D	E
---	-------------------------------------	---	---	---

6. Não faça rasuras no cartão-resposta.
7. Procure responder a todas as questões.
8. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
9. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova. Os aparelhos celulares deverão estar desligados, não sendo permitido que eles toquem em nenhum momento durante a realização da prova.

AO TERMINAR A PROVA, RETIRE SUA
ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DA CARTEIRA
E COLE AQUI

As questões de **01 a 06** referem-se ao texto a seguir. Os parágrafos estão numerados e algumas palavras ou segmentos textuais estão sublinhados para facilitar sua identificação pelos candidatos.

A inclusão da terceira idade no mercado de trabalho: uma análise jurídica e social

Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade

[...]

[1] Este artigo explora os aspectos jurídicos e sociais da inclusão da terceira idade no mercado de trabalho, destacando os desafios e as perspectivas de avanço.

[2] A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 7º, inciso XXXI, a proibição de discriminação por idade para efeitos de admissão ao trabalho. Além disso, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), em seu art. 27, veio garantir a proteção contra a discriminação no mercado de trabalho e tem promovido o acesso da pessoa idosa a programas de capacitação e reinserção profissional.

[3] Essas normas refletem a necessidade de garantir igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, reconhecendo a experiência e a contribuição da população idosa para a sociedade, entretanto a efetividade dessas disposições depende de sua implementação prática e da conscientização social sobre a importância da inclusão.

[4] A inserção da terceira idade no mercado de trabalho não é apenas uma questão de direitos, mas também de desenvolvimento social e econômico. A experiência acumulada por esses trabalhadores pode ser um diferencial competitivo, realidade que contribuirá para a inovação e a transmissão de conhecimento no ambiente profissional, entretanto desafios significativos permanecem, como o preconceito etário e a falta de adaptação das empresas às necessidades dos idosos. A ausência de políticas voltadas para a capacitação e a reinserção profissional também limita, e muito, as oportunidades para essa faixa etária.

[5] A promoção da inclusão da terceira idade no mercado de trabalho requer esforços coordenados entre o setor público e o privado. Políticas públicas, como incentivos fiscais para empresas que contratam idosos, e programas de capacitação específicos são fundamentais para garantir a empregabilidade desse importante nicho populacional.

[6] Demais disso, iniciativas privadas podem desempenhar um papel importante, como a criação de ambientes de trabalho inclusivos e flexíveis, que atendam às necessidades de saúde e bem-estar dos trabalhadores idosos.

[7] Com o envelhecimento populacional, urge repensar o papel da terceira idade no mercado de trabalho. A transição para uma economia mais inclusiva exige não apenas mudanças legais, mas também transformações culturais que valorizem a diversidade etária. A Agenda 2030 da ONU, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

8, reforça a necessidade de promover o trabalho decente para todos, independentemente da idade. Essa diretriz pode orientar a criação de políticas mais abrangentes e eficazes no Brasil e no mundo.

[8] A inclusão da terceira idade no mercado de trabalho é uma questão central para a promoção da igualdade e do desenvolvimento sustentável. Embora o Brasil possua um arcabouço jurídico que garante o direito ao trabalho sem discriminação etária, a implementação de políticas públicas e iniciativas privadas ainda é um desafio. Somente por meio de esforços conjuntos será possível construir um mercado de trabalho verdadeiramente inclusivo para a população idosa.

(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/422388/terceira-idade-no-mercado-de-trabalho-analise-juridica-e-social>. Acesso em: 9 jan. 2025. Com supressões, adaptações e grifos nossos)

01. Esta questão avalia conhecimentos sobre pontuação e suas implicações na construção de sentidos no texto (compreensão e interpretação). Assinale a alternativa que traz o comentário correto.

- A) Em [7], a ausência de vírgula antes da oração destacada garante o sentido restritivo que esta assume no período de que faz parte.
- B) Em [8], o sentido generalizante da oração destacada é garantido pela ausência de vírgula antes do pronome relativo ("que") que a introduz.
- C) Em [4], a oração destacada não está precedida de vírgula porque seu sentido é explicativo e generalizante, aplicando-se a todas as empresas.
- D) Em [8], a oração destacada deveria estar precedida de vírgula para garantir o sentido explicativo e generalizante que assume no período de que faz parte.
- E) Em [5], o pronome relativo ("que") que inicia a oração destacada deveria estar precedido de vírgula para garantir o sentido de restrição que introduz no período.

02. Há, no texto, um problema de organização textual que interfere (negativamente) na coesão. Em qual das alternativas se aponta essa falha coesiva e uma possível solução para o problema?

- A) O problema está no uso indevido de "Essas" [3] e "Essa" [7]; a autora deveria ter empregado "Estas" e "Esta", remetendo aos respectivos termos mais próximos.
- B) O problema está no uso do singular em "limita" [4]: como o sujeito da oração é composto, a forma verbal deveria estar no plural ("limitam").
- C) O problema está na falta de paralelismo sintático entre as duas últimas orações destacadas em [2], o que inviabiliza sua ligação por "e".
- D) O problema está em [4]: não é possível identificar o referente de "essa faixa etária"; o ideal seria a repetição de "os idosos".
- E) O problema está na separação dos parágrafos [5] e [6], que poderiam ser articulados em um único (parágrafo).

03. Assinale a alternativa que traz três palavras que são empregadas no texto como substantivos.

- A) Trabalho; idosa; prática [3].
- B) Público; privado; fiscais [5].
- C) Acesso; idosa; profissional [2].
- D) Trabalhadores; diferencial; idosos [4].
- E) Bem-estar; trabalhadores; idosos [6].

04. Em qual das alternativas são apontados dois tipos de sequências textuais presentes no texto?

- A) Argumentativas e narrativas.
- B) Argumentativas e injuntivas.
- C) Descritivas e narrativas.
- D) Narrativas e injuntivas.
- E) Injuntivas e dialogais.

05. Esta questão avalia conhecimentos sobre itens diversos do conteúdo previsto no Edital. Assinale a alternativa que traz a informação correta sobre o respectivo item em avaliação.

- A) Coesão: "essa diretriz" [7] retoma "Agenda 2030 da ONU" [7].
- B) Crase: em [2], faltou o sinal indicativo de crase em "a programas".
- C) Ortografia/uso de hífen: a palavra "bem-estar" [6] deveria ter sido grafada sem hífen, pois a segunda palavra do composto inicia-se por vogal.

D) Concordância: em "ainda é um desafio" [8], há erros de concordância verbal e nominal; o correto é "ainda são desafios", pois há dois núcleos do sujeito no plural.

E) Regência verbal: em [6], como o objeto de "atender" não é pessoa, esse verbo foi empregado como transitivo indireto, justificando o uso do sinal de crase em "às".

06. O modo como a autora emprega a expressão "terceira idade" no texto (título, [1], [4], [5], [7], [8]) corresponde a uma figura de linguagem. Em qual das alternativas é apontada essa figura?

- A) Metáfora.
- B) Hipérbole.
- C) Metonímia.
- D) Prosopopeia.
- E) Silepse de gênero.

07. No segundo parágrafo [2], a partir da comparação entre "art. 7º" e "art. 27", é correto afirmar que:

- A) a autora respeitou a norma para uso de números ordinais ou cardinais em referências a artigos de leis.
- B) no primeiro caso, a autora deveria ter grafado o numeral por extenso: "art. sétimo".
- C) em ambos os casos, a autora deveria ter grafado por extenso os numerais.
- D) para garantir o paralelismo, a autora deveria ter usado "art. 27º".
- E) para garantir o paralelismo, a autora deveria ter usado "art. 7".

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LEGISLAÇÃO RELATIVA AO SERVIDOR E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

08. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- A) Toda pessoa tem direito à verdade, mas o servidor pode omiti-la ou falseá-la quando contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- B) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza atitude contra a ética ou ato de desumanidade, tão pouco grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- C) A função pública não deve ser tida como exercício profissional, pois os fatos e os atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- D) A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, não havendo relevância na existência de equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na conduta do servidor público.

E) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput e § 4º da Constituição Federal.

09. Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- A) O servidor deve ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o poder estatal.
- B) O servidor poderá deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister sempre que for de sua vontade.
- C) É vedado ao servidor participar dos movimentos e dos estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- D) É permitido ao servidor usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.

E) É vedado ao servidor abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

10. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética, cuja fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso, é a de:

- A) demissão.
- B) suspensão.
- C) censura.
- D) multa.
- E) a Comissão de Ética não pode aplicar pena ao servidor faltoso.

11. De acordo com a Lei n.º 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que:

- A) a reintegração é a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua exoneração por decisão administrativa, sem ressarcimento de vantagens
- B) reversão é o retorno à atividade a partir do requerimento do próprio servidor aposentado, podendo ocupar qualquer cargo que esteja vago na estrutura administrativa.
- C) readaptação é a reinvestidura do servidor no cargo que ocupava, em decorrência da anulação da aposentadoria por invalidez por decisão da junta médica oficial.
- D) o servidor habilitado em concurso público adquirirá estabilidade no serviço público quando for empossado em cargo de provimento efetivo.
- E) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e de vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

12. De acordo com a Lei n.º 8.112, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a reversão é:

- A) uma penalidade administrativa.
- B) uma espécie de licença remunerada.
- C) um tipo de vacância de cargo público.
- D) uma forma de provimento de cargo público.
- E) um requisito para acumulação de cargo público.

13. De acordo com a Lei n.º 9.784, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, na Administração, a autoridade competente:

- A) não pode anular os atos administrativos que praticar.
- B) pode revogar os seus atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- C) pode anular os seus atos administrativos apenas quando forem inconvenientes ou inoportunos.
- D) pode anular seus atos administrativos quando ocorrer ilegalidade e revogar direitos adquiridos.
- E) não pode revogar os atos administrativos que praticar.

14. De acordo com a Lei n.º 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- A) o ato de improbidade administrativa sempre exige a prova de enriquecimento ilícito do agente público.
- B) o ato de improbidade administrativa pode decorrer da conduta culposa ou dolosa que cause danos ao erário.
- C) o mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- D) atos que atentem contra os princípios da Administração Pública são meras irregularidades e jamais configuram ato de improbidade administrativa.
- E) os atos de improbidade administrativa são atos praticados exclusivamente por servidores públicos.

INFORMÁTICA

15. Quando você acessa um site pela internet, qual parte do endereço do site indica o protocolo usado para a comunicação entre o seu navegador e o servidor?

- A) O parâmetro de pesquisa, como "?q=computadores".
- B) O protocolo, como "http://" ou "https://".
- C) O domínio, como "www.exemplo.com".
- D) A extensão do arquivo, como ".html".
- E) O caminho, como "/produtos".

16. No Microsoft Excel 2010 ou superior, é preciso calcular a média de valores em uma coluna, mas apenas daqueles que atendem a um critério específico. Qual função deve ser usada para obter esse resultado?

- A) =MÉDIA()
- B) =SOMASE()
- C) =MÉDIASE()
- D) =CONT.SE()
- E) =PROCV()

17. No Microsoft Excel 2010, você é solicitado a criar um gráfico para ilustrar as vendas de um produto ao longo de vários meses. Para garantir que os dados sejam visualizados corretamente, qual é o primeiro passo para criar um gráfico?

- A) Selecionar os dados, ir até a aba "Design" e clicar em "Criar Gráfico".
- B) Selecionar os dados, ir até a aba "Exibição" e selecionar "Gráfico de Linhas".
- C) Inserir um gráfico manualmente no slide e configurar os dados posteriormente.
- D) Inserir uma fórmula de média para os dados e depois escolher um gráfico na aba "Fórmulas".
- E) Selecionar os dados que deseja incluir no gráfico e, em seguida, clicar na aba "Inserir" e escolher o tipo de gráfico desejado.

18. Qual das opções abaixo descreve corretamente a função de uma placa-mãe em um computador?

- A) Conectar e permitir a comunicação entre os componentes de hardware do computador.
- B) Realizar cálculos matemáticos e processar instruções do sistema operacional.

- C) Armazenar os dados do sistema operacional e dos programas instalados.
- D) Fornecer energia elétrica para os componentes do computador.
- E) Proteger o sistema contra falhas elétricas.

19. Você está navegando na web com o navegador Google Chrome e, ao visitar um site desconhecido, começa a perceber que a performance do seu computador está mais lenta, e você é redirecionado constantemente para páginas de anúncios. Além disso, um ícone aparece na barra de extensões do navegador que você não reconhece. A qual ameaça está exposto o navegador e que medida deve ser tomada imediatamente?

- A) Spam; bloquear todos os anúncios, utilizando um bloqueador de anúncios no navegador.
- B) Phishing; alterar todas as senhas de suas contas online e desativar cookies do navegador.
- C) Malware; desativar o JavaScript do navegador, a fim de impedir a execução do código malicioso.
- D) Spyware; desinstalar qualquer extensão desconhecida e realizar uma varredura completa com um antivírus.
- E) Malware; restaurar as configurações de fábrica do navegador e executar uma verificação de segurança no sistema.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E NORMATIVAS DA UFGD

20. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996) estabelece que excluído o período destinado aos exames finais, na Educação Superior, o ano letivo regular deve ter, no mínimo, a seguinte quantidade de dias de trabalho acadêmico efetivo:

- A) 270 dias.
- B) 230 dias.
- C) 250 dias.
- D) 200 dias.
- E) 300 dias.

21. A Lei n.º 10.861/2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa lei definiu a demanda para que cada instituição de ensino, pública ou privada, constitua uma Comissão Própria de Avaliação (CPA). Assim sendo, conforme o SINAES, consiste em uma das diretrizes exigidas para a realização das atribuições da CPA:

- A) previsão no seu próprio estatuto da participação de todos os segmentos da comunidade universitária, obedecendo à proporção de 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes.
- B) atuação autônoma em relação a conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes na instituição de Educação Superior.
- C) atuação autônoma em relação aos conselhos pedagógicos da instituição de Educação Superior.
- D) constituição por ato do dirigente máximo da instituição de Ensino Superior da indicação dos membros dos segmentos da comunidade universitária, obedecendo à proporção de 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes.

- E) atuação condicionada às deliberações do colegiado máximo da instituição de Educação Superior.

22. Conforme o Estatuto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2012), constituem a Administração Central da instituição, EXCETO:

- A) Conselho Universitário.
- B) Conselho de Curadores.
- C) Reitoria.
- D) Conselho Social.
- E) Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.

23. A realização de Conferências Nacionais de Educação foi estabelecida pela Lei n.º 13.005/2014, com o intuito de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como subsidiar a elaboração do PNE para o decênio subsequente. Considerando essa demanda, a referida lei definiu que a coordenação das Conferências Nacionais de Educação é de competência da/o:

- A) Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.
- B) Conselho Nacional de Educação (CNE).
- C) Fórum Nacional de Educação (FNE).
- D) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- E) Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE A CIDADE DE DOURADOS/MS

24. A Reserva Indígena de Dourados (RID) é considerada uma das maiores do estado de Mato Grosso do Sul. Nesse território, estão localizadas as aldeias Jaguapiru e Bororó, que juntas abrigam as seguintes etnias:

- A) Guarani, Terena e Pataxó.
- B) Guarani, Kaiowá e Xavante.
- C) Guarani, Kaiowá e Terena.
- D) Kaiowá, Guajajara e Tupi-Guarani.
- E) Kaiowá, Terena e Xavante.

25. Dourados, ao longo de sua história, recebeu a influência de estrangeiros na sua economia e cultura. O simbolismo dessas influências se faz presente em diversos locais públicos da cidade, como praças e nomes de rua. Nessa direção, consideram-se como nacionalidades de imigrantes que fazem parte da história de Dourados:

- A) colombianos e argentinos.
- B) paraguaios e japoneses.
- C) paraguaios e tailandeses.
- D) chilenos e equatorianos.
- E) paraguaios e colombianos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONTADOR

26. De acordo com as características específicas das entidades do setor público, assinale a alternativa correta que revele a principal razão para a manutenção de ativos imobilizados e outros ativos nas entidades do setor público (MCASP, 2021).

- A) Gerar fluxos de caixa que garantam a sustentabilidade financeira da entidade pública.
- B) Assegurar o cumprimento de normas regulatórias estabelecidas por agências setoriais.
- C) Demonstrar a viabilidade financeira dos programas de longo prazo executados.
- D) Prover serviços à sociedade, utilizando o potencial de serviços desses ativos.
- E) Fornecer garantias para a captação de recursos no mercado financeiro.

27. A legislação brasileira prevê princípios do orçamento público, de acordo com a Lei n.º 4320/1964 e a própria Constituição Federal de 1988. Dentre esses princípios, qual a alternativa que destaca o que determina que todas as receitas e despesas devem constar em um único documento, sem compensações, permitindo a análise integral do orçamento?

- A) Princípio da Unidade.
- B) Princípio da Universalidade.
- C) Princípio da Anualidade.
- D) Princípio da Exclusividade.
- E) Princípio da Publicidade.

28. A Lei n.º 4320/1964 estabelece normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos órgãos públicos relativos a União, estados, municípios e Distrito Federal. Sobre os créditos orçamentários, assinale a alternativa correta.

- A) Os créditos iniciais correspondem aos créditos extraordinários, especiais e suplementares previstos na Lei Orçamentária.
- B) Os créditos adicionais são classificados em créditos iniciais, créditos complementares e créditos extraordinários.
- C) Os créditos suplementares têm como objetivo reforçar a dotação inicial prevista no orçamento e dependem de autorização legislativa prévia e indicação de recursos disponíveis.

D) Os créditos extraordinários devem ser abertos somente para reforçar dotações que sejam insuficientes, sendo dispensada a autorização legislativa prévia.

E) Os créditos suplementares, especiais e extraordinários podem ser abertos por decreto executivo, desde que haja autorização genérica prevista na Lei Orçamentária Anual.

29. Sobre o estágio de execução orçamentária denominado empenho, conforme a Lei n.º 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- A) O empenho é obrigatório somente para despesas contratuais, podendo ser dispensado para despesas de pequeno valor ou de caráter emergencial.
- B) O empenho estimativo é utilizado exclusivamente para despesas que envolvam contratos administrativos de pagamento parcelado.
- C) O documento "Nota de Empenho" deve ser obrigatoriamente emitido de forma impressa, independentemente das peculiaridades do ente federativo.
- D) O empenho global é utilizado para despesas cujo montante não pode ser previamente determinado, como consumo de energia elétrica e de água.
- E) O empenho, além de criar para o Estado uma obrigação de pagamento, representa a garantia de que há recursos financeiros disponíveis para a realização da despesa.

30. Assinale a alternativa correta sobre a classificação da natureza da receita orçamentária, incluindo as alterações realizadas pela Portaria Conjunta n.º 650/2019.

- A) O código da Natureza de Receita Orçamentária é composto por sete dígitos numéricos, sendo o quarto dígito reservado para identificar as receitas exclusivas da União.
- B) A Portaria Conjunta n.º 650/2019 tornou obrigatória, a partir do exercício financeiro de 2021, a utilização de um novo código para classificação da receita orçamentária, com separação entre códigos da União e de outros entes.

- C) O objetivo da reserva do número "8" no quarto nível do código de Natureza de Receita é identificar exclusivamente as receitas correntes e de capital da União.
- D) Até o exercício financeiro de 2021, o código da Natureza de Receita utilizava a estrutura "a.b.c.d.dd.d.e", onde o dígito "d" representava desdobramentos para atender a peculiaridades ou necessidades gerenciais.
- E) A nova estrutura da Natureza de Receita Orçamentária, estabelecida pela Portaria Conjunta n.º 650/2019, utiliza o número "8" no sétimo nível do código para identificar peculiaridades dos estados, Distrito Federal e municípios.

31. As etapas da receita orçamentária são essenciais para a gestão das finanças públicas. Assinale a alternativa correta sobre essas etapas (MCASP, 2021).

- A) A etapa do lançamento consiste na estimativa da receita que será arrecadada durante o exercício financeiro, sendo realizada antes da aprovação do orçamento público.
- B) O recolhimento da receita é a etapa em que ocorre a efetiva transferência dos valores arrecadados para o Tesouro, encerrando o ciclo da receita orçamentária.
- C) A etapa da previsão ocorre após o lançamento da receita e tem como objetivo verificar a liquidação da obrigação tributária pelo contribuinte.
- D) A arrecadação consiste na formalização do crédito tributário em favor da entidade pública, estabelecendo o montante devido pelo contribuinte.
- E) O lançamento e a arrecadação são etapas facultativas na execução da receita orçamentária, dependendo do tipo de receita a ser realizada.

32. Sobre a natureza da despesa orçamentária, de acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964 e na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001, assinale a alternativa correta.

- A) A estrutura da natureza da despesa orçamentária é representada por "c.g.mm.ee.dd", sendo os dois últimos dígitos ("dd") de preenchimento facultativo para desdobramentos do elemento de despesa.
- B) O código da natureza da despesa orçamentária é composto obrigatoriamente por oito dígitos, sendo os dois últimos destinados ao grupo de natureza da despesa.
- C) A Reserva de Contingência e a Reserva do RPPS são classificadas como "9.9.99.99.99" e podem ser utilizadas diretamente na execução orçamentária.
- D) A modalidade de aplicação, representada por "mm", identifica a categoria econômica da despesa orçamentária.
- E) A classificação da natureza da despesa orçamentária não contempla grupos ou categorias econômicas, sendo limitada apenas a elementos e desdobramentos.

33. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é um instrumento fundamental para padronização e organização das informações contábeis do setor público. Sobre o PCASP, assinale a alternativa correta.

- A) O PCASP é facultativo e deve ser aplicado apenas pelos entes federais, sendo os demais entes da Federação isentos de sua utilização.
- B) O PCASP é composto exclusivamente por contas patrimoniais, não abrangendo contas de resultado ou controle.
- C) O PCASP adota o princípio da universalidade, de forma que todas as contas são de uso obrigatório por todos os entes da Federação, sem exceção.
- D) O PCASP prevê uma estrutura padronizada de contas que abrange contas patrimoniais, de resultado e de controle, sendo obrigatória sua adoção por todos os entes públicos brasileiros.
- E) O PCASP deve ser adaptado por cada ente público conforme suas necessidades, permitindo que cada um crie livremente seus códigos e nomenclaturas sem seguir um padrão nacional.

34. Assinale uma conta do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de natureza da informação patrimonial correspondente à variação patrimonial aumentativa (MCASP, 2021).

- A) Transferências e Delegações Concedidas.
- B) Execução da Dívida Ativa.
- C) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.
- D) Benefícios Previdenciários e Assistenciais.
- E) Execução dos Controles Fiscais.

35. Assinale uma conta do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de natureza da informação de controle, especificamente controle credor (MCASP, 2021).

- A) Atos Potenciais.
- B) Dívida Ativa.
- C) Riscos Fiscais.
- D) Consórcios Públicos.
- E) Apuração de Custos.

36. O Balanço Orçamentário no setor público deve ser acompanhando de notas explicativas. Acerca do assunto, é correto afirmar que:

- A) as notas explicativas devem divulgar exclusivamente o regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado, pois são os únicos elementos obrigatórios.
- B) o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados deve ser evidenciado, indicando se são transferidos para restos a pagar processados ou controlados separadamente.
- C) o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário) é dispensável, desde que a execução orçamentária seja aprovada pelo órgão responsável.

- D) os Balanços Orçamentários consolidados podem apresentar déficits orçamentários sem que seja necessário detalhamento em notas explicativas.
- E) não é necessário evidenciar em nota explicativa a movimentação financeira relacionada à execução do orçamento do exercício nos Balanços Orçamentários não consolidados.

37. Sobre as notas explicativas do Balanço Patrimonial de um ente público, é correto afirmar que:

- A) é obrigatório que todas as entidades divulguem, no Balanço Patrimonial, o detalhamento completo de todas as contas patrimoniais, independentemente de sua relevância.
- B) o detalhamento de provisões deve ocorrer separadamente entre curto e longo prazo, mas a segregação de provisões para benefícios a empregados dos demais itens é opcional.
- C) quando a entidade não possui capital representado por ações, deve demonstrar separadamente o capital integralizado, os resultados acumulados e as reservas, além da participação de não controladores, se houver.
- D) no caso de entidades com capital representado por ações, não é necessário divulgar os direitos, preferências e restrições associados às classes de ações no patrimônio líquido.
- E) as políticas de depreciação, amortização e exaustão não precisam ser evidenciadas nas notas explicativas, pois já estão contempladas nas demonstrações contábeis básicas.

38. Assinale a alternativa que corresponde ao somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior (MCASP, 2021).

- A) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras.
- B) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.
- C) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.
- D) Transferências e Delegações Concedidas.
- E) Transferências e Delegações Recebidas.

39. Considere os seguintes demonstrativos de uma empresa para análise da sua situação econômico-financeira:

Ativo (R\$ Mil)

Contas	Ano 2	Ano 1
Ativo Circulante	25.000	21.000
- Disponibilidades	8.000	6.000
- Clientes (Contas a Receber)	12.000	10.000
- Estoques	4.000	4.500
- Outras Contas Circulantes	1.000	500

Contas	Ano 2	Ano 1
Ativo Não Circulante	67.500	64.000
Total do Ativo	92.500	85.000

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ Mil)

Contas	Ano 2	Ano 1
Passivo Circulante	14.000	11.700
Passivo Não Circulante	33.500	34.300
Patrimônio Líquido	45.000	39.000
Total Passivo + PL	92.500	85.000

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ Mil)

Contas	Ano 2	Ano 1
Receita Operacional Bruta	55.000	50.000
(-) Deduções da Receita	(5.000)	(4.500)
Receita Operacional Líquida	50.000	45.500
(-) Custo dos Serviços Prestados	(30.000)	(27.000)
Lucro Bruto	20.000	18.500
(-) Despesas Operacionais	(8.000)	(7.500)
- Despesas Administrativas	(5.000)	(4.700)
- Despesas Comerciais	(2.000)	(2.000)
- Outras Despesas Operacionais	(1.000)	(800)
Resultado Operacional	12.000	11.000
(+) Receitas Financeiras	2.000	1.800
(-) Despesas Financeiras	(3.000)	(3.300)
Resultado Antes do IR/CSLL	11.000	9.500
(-) Imposto de Renda e CSLL	(3.000)	(2.800)
Resultado Líquido do Exercício	8.000	6.700

Considerando a análise da capacidade de pagamento, é correto afirmar que:

- A) sua liquidez seca, representando a capacidade de pagamento de curto prazo, desconsiderando os estoques, revela que a empresa encontra-se em dificuldades, pois o saldo de recurso a curto prazo é insuficiente para pagamento das despesas a curto prazo em ambos períodos.
- B) sua liquidez seca é considerada boa nos dois anos, pois revela capacidade de pagamento a curto prazo superavitária, excluindo os estoques.
- C) sua liquidez corrente é superior a 2 no Ano 1, sendo mantida no Ano 2, indicando uma excelente capacidade de pagamento a curto prazo.
- D) sua liquidez corrente é superior a 2 no Ano 1 e inferior a 1 no Ano 2, indicando uma queda na sua capacidade de pagamento a curto prazo.
- E) sua liquidez corrente é inferior a 1 nos dois anos, indicando uma capacidade de pagamento de curto prazo insuficiente.

40. Dado que a rentabilidade pode ser calculada pelo Retorno sobre Patrimônio Líquido (RSPL), considerando o quanto houve de retorno líquido pelo capital empregado pelo proprietário da empresa, assinale a alternativa correta, avaliando os dados da empresa exemplo a seguir.

Ativo (R\$ Mil)

Contas	Ano 2	Ano 1
Ativo Circulante	25.000	21.000
- Disponibilidades	8.000	6.000
- Clientes (Contas a Receber)	12.000	10.000
- Estoques	4.000	4.500
- Outras Contas Circulantes	1.000	500
Ativo Não Circulante	67.500	64.000
Total do Ativo	92.500	85.000

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ Mil)

Contas	Ano 2	Ano 1
Passivo Circulante	14.000	11.700
Passivo Não Circulante	33.500	34.300
Patrimônio Líquido	45.000	39.000
Total Passivo + PL	92.500	85.000

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ Mil)

Contas	Ano 2	Ano 1
Receita Operacional Bruta	55.000	50.000
(-) Deduções da Receita	(5.000)	(4.500)
Receita Operacional Líquida	50.000	45.500
(-) Custo dos Serviços Prestados	(30.000)	(27.000)
Lucro Bruto	20.000	18.500
(-) Despesas Operacionais	(8.000)	(7.500)
- Despesas Administrativas	(5.000)	(4.700)
- Despesas Comerciais	(2.000)	(2.000)
- Outras Despesas Operacionais	(1.000)	(800)
Resultado Operacional	12.000	11.000
(+) Receitas Financeiras	2.000	1.800
(-) Despesas Financeiras	(3.000)	(3.300)
Resultado Antes do IR/CSLL	11.000	9.500
(-) Imposto de Renda e CSLL	(3.000)	(2.800)
Resultado Líquido do Exercício	8.000	6.700

- A) O Retorno sobre o Patrimônio Líquido da empresa no Ano 2 foi de 8,65%.
- B) O Retorno sobre o Patrimônio Líquido da empresa no Ano 2 foi de 17,17%.
- C) O Retorno sobre o Patrimônio Líquido da empresa no Ano 2 foi de 17,78%.
- D) O Retorno sobre o Patrimônio Líquido da empresa no Ano 2 foi de 24%.
- E) O Retorno sobre o Patrimônio Líquido da empresa no Ano 2 foi de 24,24%.

41. Conforme os dados da empresa a seguir, assinale a alternativa correta que representa sua composição de endividamento, evidenciando seu perfil de dívida (exposição a longo ou a curto prazo).

	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Passivo Circulante	14.000,00	27.000,00	40.000,00
Passivo Não Circulante	33.500,00	27.500,00	12.000,00
Patrimônio Líquido	40.000,00	42.000,00	42.000,00
Passivo + PL	87.500,00	96.500,00	94.000,00

- A) Sua composição de endividamento no Ano 1 foi de 16%.
- B) Sua composição de endividamento no Ano 1 foi de 84%.
- C) Sua composição de endividamento no Ano 2 foi de 28%.
- D) Sua composição de endividamento no Ano 2 foi de 65%.
- E) Sua composição de endividamento no Ano 3 foi de 77%.

42. Considerando os dados a seguir da Empresa Estrela S.A. nos dois últimos anos, é correto afirmar que:

Conta	Ano 1 (R\$ Mil)	Ano 2 (R\$ Mil)
Ativo Total	85.000	92.500
Ativo Circulante	21.000	25.000
- Disponibilidades	6.000	8.000
- Contas a Receber	10.000	12.000
- Estoques	4.500	4.000
Passivo Total	46.000	47.500
Passivo Circulante	11.700	14.000
Patrimônio Líquido	39.000	45.000

- A) a análise vertical apontou que no Ano 1 os estoques corresponderam a aproximadamente 5% do Ativo Circulante da empresa.
- B) a análise vertical apontou que no Ano 2 o Ativo Circulante correspondeu a aproximadamente 73% do total de investimentos da empresa.
- C) a análise vertical apontou que no Ano 2 as Contas a Receber corresponderam a aproximadamente 25% do total de investimentos da empresa.
- D) a análise horizontal apontou um aumento de financiamento por capital próprio da empresa no período na ordem de aproximadamente 15%.
- E) a análise horizontal apontou uma diminuição de Dívidas de Curto Prazo no período em torno de 19%.

43. As etapas da realização da despesa pública incluem empenho, liquidação e pagamento. Sobre essas etapas, assinale a alternativa correta (MCASP, 2021).

- A) O empenho é o momento em que a despesa pública é efetivamente paga, encerrando o ciclo da despesa.
- B) A liquidação consiste na reserva do crédito orçamentário, a fim de garantir o pagamento futuro da despesa pública.
- C) O pagamento ocorre após a liquidação, quando o credor tem comprovado o cumprimento das condições contratuais ou legais.
- D) O empenho é facultativo e pode ser dispensado em situações de despesas de pequeno valor.
- E) A liquidação ocorre antes do empenho, com base na emissão do documento comprobatório do credor.

44. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 14, trata sobre renúncias de receita. Assinale a alternativa correta acerca do que está tratado legalmente sobre o tema na Lei Complementar n.º 101/2000).

- A) A renúncia de receita é proibida, exceto nos casos de calamidade pública.
- B) A renúncia de receita depende de prévia aprovação pelo Senado Federal.
- C) A renúncia de receita dispensa estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios subsequentes.
- D) A renúncia de receita é permitida apenas se for destinada a programas sociais.
- E) A renúncia de receita pode ocorrer desde que sejam adotadas medidas de compensação para preservar o equilíbrio das contas públicas.

45. A Lei de Responsabilidade Fiscal trata, dentre outros aspectos, dos limites de despesa com pessoal. Assinale a correta de acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000.

- A) No limite de despesa total com pessoal no período de apuração dos Estados, na ordem de 60%, não estão computadas despesas com incentivos à demissão voluntária.
- B) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 12 (doze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- C) Na esfera estadual, o limite de despesa total com pessoal do Poder Executivo é de 54% da Receita Corrente Bruta.
- D) Na esfera municipal, o limite de despesa total com pessoal do Poder Executivo é de 49% da Receita Corrente Bruta.
- E) Na esfera federal, o limite de despesa total com pessoal do Poder Executivo é de 49% da Receita Corrente Bruta.

46. Sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do governo federal, assinale a alternativa correta.

- A) O SIAFI é um sistema exclusivamente utilizado para a execução de pagamentos realizados por órgãos da administração direta.
- B) Um dos objetivos do SIAFI é garantir a descentralização total das informações financeiras, tornando os dados acessíveis apenas ao órgão responsável.
- C) O SIAFI possui dois subsistemas principais: o Subsistema Contábil e o Subsistema de Arrecadação, ambos voltados exclusivamente para a gestão patrimonial.
- D) O SIAFI foi concebido para promover o controle e a transparência da execução orçamentária, financeira e patrimonial da União.
- E) A operacionalização do SIAFI não permite o registro de operações de crédito realizadas pela administração pública federal.

47. Assinale a alternativa correta sobre o conceito, objetivos, procedimentos e papéis de trabalho da auditoria interna.

- A) A auditoria interna é responsável exclusivamente por identificar fraudes dentro da organização, sendo seu papel investigativo o mais relevante.
- B) Os papéis de trabalho da auditoria interna são documentos opcionais, usados apenas para registrar irregularidades identificadas no decorrer da auditoria.
- C) Um dos objetivos da auditoria interna é agregar valor à organização, melhorando os processos de governança, controle e gerenciamento de riscos.
- D) Os procedimentos de auditoria interna incluem apenas a revisão dos registros contábeis, excluindo a análise de controles internos ou entrevistas com os gestores.
- E) A auditoria interna não pode recomendar ações corretivas, sendo sua função limitada à observação e ao registro de não conformidades.

48. Ao analisar comparativamente os métodos de custeio por absorção e variável, é correto afirmar que:

- A) o método de custeio por absorção considera apenas os custos variáveis na formação do custo total de um produto ou serviço.
- B) no método de custeio variável, os custos fixos são alocados aos produtos com base no volume produzido.
- C) tanto o custeio por absorção quanto o variável consideram os custos fixos na determinação do custo unitário dos produtos.
- D) o método de custeio por absorção é o único aceito para fins de apuração do resultado contábil conforme as normas brasileiras de contabilidade.
- E) o método de custeio variável permite a alocação de todos os custos fixos e variáveis, proporcionando uma visão mais completa do custo total.

49. A Empresa Escolar S.A. fabrica um único produto (caderno espiral de 96 folhas) e apresenta os seguintes dados para o mês de janeiro de 2025:

Produção total: 1.000 unidades;

Vendas totais: 800 unidades;

Custo variável unitário: R\$ 20,00;

Custos fixos totais: R\$ 10.000,00.

Com base nos métodos de custeio por absorção e de custeio variável, calcule o custo unitário de produção em cada método e assinale a alternativa correta.

- A) No custeio por absorção, o custo unitário de produção é R\$ 30,00, enquanto no custeio variável é R\$ 20,00.
- B) No custeio por absorção, o custo unitário de produção é R\$ 25,00, enquanto no custeio variável é R\$ 20,00.
- C) No custeio por absorção, o custo unitário de produção é R\$ 32,50, enquanto no custeio variável é R\$ 20,00.
- D) Em ambos os métodos, o custo unitário de produção é R\$ 30,00.
- E) No custeio por absorção, o custo unitário de produção é R\$ 20,00, enquanto no custeio variável é R\$ 32,50.

50. Sobre a classificação e as nomenclatura de custos, assinale a alternativa correta.

- A) Os custos variáveis são aqueles que não sofrem variação com o volume de produção, independentemente do nível de atividade.
- B) Os custos fixos são aqueles que variam diretamente com o volume de produção, como matéria-prima e comissões de vendas.
- C) Os custos diretos são aqueles que podem ser atribuídos diretamente aos produtos ou serviços, como salários da produção e matéria-prima consumida.
- D) Custos indiretos referem-se a gastos que podem ser facilmente identificados com um produto específico, como a energia utilizada diretamente em uma linha de produção.
- E) Os custos com a manutenção de equipamentos de produção, por não serem atribuídos diretamente a um produto específico, são classificados como custos diretos.